

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	PROJETO DE LEI PARA SIMPLIFICAR A DEDUÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE EMPRESARIAIS NO IR PARA IDOSOS ACIMA DE 65 ANOS						
AUTORIA	ROBERTO PIO BORGES				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	ROBERTO PIO BORGES				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO-ALVO	Idosos, seus representantes legais, autoridades fiscais e legislativas, como a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, além de instituições de apoio aos idosos.						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Desenvolvimento de um Projeto de lei que beneficie os idosos com a formalização da dedução no Imposto de Renda dos gastos com plano de saúde empresarial para os contribuintes com mais de 65 anos, que poderá ser apresentado para autoridades legislativas e impactar diretamente a vida de milhares de idosos.						
PROBLEMA	Como proteger idosos aposentados, que mantêm empresas abertas exclusivamente para continuar com seus planos de saúde, sem sobrecarregá-los com a burocracia fiscal que os expõem à fiscalização excessiva.						
PRODUTO	Um projeto de lei que simplifique a comprovação do pagamento dos planos de saúde empresariais para idosos a partir dos 65 anos para fins de declaração no Imposto de Renda.						
OBJETIVO	Elaborar um projeto de lei que formalize a dedução no Imposto de Renda de despesas com planos de saúde empresariais para idosos, sem necessidade de comprovação a partir dos 65 anos, para evitar o impacto emocional e o custo de fiscalizações.						
METODOLOGIA	<p>O projeto será desenvolvido em três fases principais, com a realização de reuniões com stakeholders, incluindo representantes dos idosos ou da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, além da coleta de informações jurídicas e doutrinárias para subsidiar a proposta:</p> <ol style="list-style-type: none"> Revisão de literatura e práticas internacionais: Pesquisa sobre práticas fiscais semelhantes em outros países, análise comparativa da legislação estrangeira, e levantamento de dados específicos sobre idosos que enfrentaram uma fiscalização exagerada no Brasil. Análise de impactos: Estudo dos danos emocionais e financeiros. Será calculado o custo administrativo desnecessário para a Receita Federal ao fiscalizar idosos nessa situação. Desenvolvimento da proposta de lei: Redação da minuta do Projeto de Lei, acompanhada de uma justificativa baseada nos dados levantados. Serão realizadas reuniões online com especialistas, representantes dos idosos e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados para refinar a proposta e garantir sua viabilidade legal, econômica e social. 						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
X	Outras: Domínio do regimento da Câmara dos Deputados, que regula o rito de tramitação dos projetos de lei, a atuação das comissões temáticas e os procedimentos para debates e votações.						
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Introdução ao projeto. Discussão dos objetivos e impactos da malha fina em idosos.						
2	Análise das instruções normativas da Receita Federal sobre dedução de despesas com plano de saúde.						

3	Estudo sobre os custos emocionais causados pela fiscalização excessiva sobre os idosos.
4	Primeira reunião com especialistas e advogados tributaristas.
5	Redação inicial do Projeto de lei com base nos dados coletados (Impactos econômicos)
6	Redação inicial do Projeto de lei com base nos dados coletados (Impactos emocionais)
7	Segunda reunião com especialistas e advogados tributaristas.
8	Ajustes da proposta
9	Preparação para apresentação da proposta a representantes de interesse.
10	Preparação para apresentação da proposta a representantes de interesse.
11	Apresentação da proposta a representantes de interesse.
12	Apresentação da proposta a representantes de interesse.
13	Apresentação da proposta a representantes de interesse.
14	Apresentação da proposta a representantes de interesse.
15	Avaliação dos resultados.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Participação e Engajamento (20%) • Qualidade da Pesquisa e Análise (20%) • Desenvolvimento da Proposta de Lei (20%) • Estudo de Impacto Econômico e Social (20%) • Apresentação Final (20%) <p>Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>EIRÃO, Thiago Gomes. A elaboração de projetos de lei: alguns apontamentos à luz da técnica legislativa na Câmara dos Deputados. Cadernos de Informação Jurídica, v. 2, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 2015.</p> <p>LEONETTI, Carlos Araujo. Os Direitos Humanos da Tributação – um Caso Concreto: o direito à dedução integral dos gastos com medicamentos da base de cálculo do imposto sobre a renda. Sequência (Florianópolis), jun. 2015. Disponível em: SciELO.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário – Abordagem detalhada sobre o direito tributário no Brasil. São Paulo: Malheiros.</p> <p>ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária – Discussão sobre a tributação no contexto das isenções fiscais. São Paulo: Malheiros.</p> <p>BREGA FILHO, Vladimir. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.</p>